

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE TECNOLOGIA
ARQUITETURA E URBANISMO

NATACHA FREITAS PIKANÇO

**CENTRO DE ARTE E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS EM MANAUS -
AMAZONAS**

MANAUS-AM

2022

NATACHA FREITAS PICANÇO

**CENTRO DE ARTE E CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS EM MANAUS -
AMAZONAS**

Monografia apresentada ao curso de
Arquitetura e Urbanismo do Departamento de
Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Tecnologia da
Universidade Federal do Amazonas, como requisito da
disciplina Trabalho Final de Graduação II.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Vlória Pinheiro
Cantanhede Heimbecker

Banca Examinadora

Prof^ª

Prof^ª

Prof^º

MANAUS - AM

2022

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

P585c Picanço, Natacha Freitas
Centro de arte e cultura dos povos indígenas em Manaus -
Amazonas / Natacha Freitas Picanço . 2022
53 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker
TCC de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Centro Cultural. 2. Cultura Indígena. 3. Arquitetura Bioclimática.
4. Manaus. 5. Amazonas. I. Heimbecker, Vlândia Pinheiro
Cantanhede. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus por me dar força, saúde e sabedoria para atravessar essa jornada.

Aos meus pais, Antônio Carlos Picanço e Maria das Graças Freitas, pelo dom da vida principalmente, pela educação fornecida, o amor dedicado e por sempre acreditarem em mim, serem meus maiores incentivadores. Sou extremamente grata a vocês, que são o meio esteio e minha inspiração. Honro você pai, honro você mãe!

Às minhas irmãs e aos meus avós, pelos cuidados, orações, por me apoiarem nos meus sonhos e torcerem por mim. É uma alegria e uma sorte ter vocês comigo.

À professora Vlória Cantenhede, minha orientadora, por ter sido impecável como orientadora: extremamente coerente e sensata nas suas colocações, além de tão gentil e empática em seu trato e apoio nos momentos mais delicados durante o desenvolvimento deste projeto.

À professora Caren Michels, por ter sido quem me orientou e acompanhou na etapa inicial deste trabalho, no TCC I, sendo além de uma professora competente e admirável, uma pessoa muito querida.

À minha chefe e amiga Maria Helena Gesta, que me acompanhou nos últimos 3 anos dessa jornada, sendo sempre muito compreensiva e apoiadora. Uma pessoa e profissional que admiro demais e sou grata pelos aprendizados e experiências únicas vividas.

A todos os colegas de turma e amigos que fiz durante esses anos, por toda parceria, troca e companhia nas várias madrugadas pré entrega de projeto. A amizade de vocês no ambiente acadêmico, muitas vezes exaustivo, foi de muitíssima importância.

Também agradeço às minhas amigas da vida, sempre compreensivas quando não pude me fazer presente devido as demandas da faculdade e que também sempre me deram muita força e palavras de incentivo.

À minha família, meu esposo e nossas meninas, obrigada principalmente pela paciência e obrigada também pelo apoio, pela torcida, pelos cuidados e por todo suporte durante esses anos para que eu pudesse chegar até aqui. Minha eterna gratidão e dedicação. Amo vocês!

E por último, um agradecimento especial à Maitê, que me acompanhou nos últimos momentos dessa jornada, que me encheu de forças e determinação com a sua chegada e a quem eu dedico este trabalho com todo meu amor.

RESUMO

Quando falamos nos povos indígenas pensamos em algo distante de nós, lá dentro da mata ou na história dos livros, que não nos pertence. Até mesmo o termo “cultura indígena” costuma ser híper romantizado, seja por desconhecimento ou falta de interesse no assunto, e para essa parcela da população fica reservado somente uma boa dose de preconceito e estereótipos. Mas o fato é: hoje a maioria dos centros urbanos acima de 50 mil habitantes têm moradores indígenas. O presente trabalho tem como objetivo geral propor uma solução arquitetônica denominada Centro de Arte e Cultura dos Povos Indígenas na cidade de Manaus - Amazonas, que tenha como ponto de partida ser um espaço dedicado ao cultivo da história e cultura indígena, que atenda às demandas de sustento através do artesanato nativo, que se caracterize por respeitar a Legislação vigente e amplie a oportunidade de promover o conhecimento e entretenimento aos moradores e visitantes da cidade. Essa temática se desdobra nos objetivos específicos que visam aprofundar o conhecimento a respeito do histórico sobre a trajetória indígena no Brasil entendendo a sua importante contribuição a sociedade, aprender o funcionamento de objetos arquitetônicos como este proposto a partir de estudos de casos. Justifica-se a realização desse trabalho pela ciência da real necessidade de implantação de um Centro de Arte e Cultura dos Povos Indígenas na cidade de Manaus, reconhecendo a importância de um local que lhes é de direito dentro do âmbito urbano, que ofereça condições do fortalecimento, da divulgação, promoção e debate sobre a cultura indígena. Esta pesquisa tem caráter aplicado, objetivando utilizar conhecimentos que demonstrem a influência da arquitetura na criação de espaços que agreguem conhecimento, acesso a arte e ao artesanato indígena. Os resultados apontam que a arquitetura pode contribuir positivamente no desenvolver de um projeto que promova a consciência e a valorização da causa indígena através da adoção de critérios projetuais que são aplicados desde a escolha do programa, de maneira a integrar diversas cenas de interesse até a especificação de materiais de identificação regional.

Palavras-Chave: Centro Cultural; Cultura Indígena; Arquitetura Bioclimática.

ABSTRACT

The present study has as its general objective to propose the project of an Amazonian Art and Culture Center, in the city of Manaus-Amazonas, which has as its starting point to be an element of valorization and promotion of the culture and history of the indigenous people, that meets to the demands of tourism and local commerce, which is characterized by respecting current legislation and expanding the opportunity to bring knowledge and entertainment to the city's residents and visitors. This theme unfolds in the specific objectives that aim to investigate the history of the indigenous trajectory in Brazil, understanding its important contribution to society, learning the functioning of architectural objects such as this one proposed from case studies. This work is justified by the science of the real need for the establishment of an Indigenous Culture and Art Center, recognizing the importance of a place that offers conditions for strengthening, dissemination, promotion and debate on indigenous culture. This research has applied character, aiming to use knowledge that demonstrate the influence of architecture in the creation of spaces that aggregate knowledge, access to art and promote tourism and local crafts, in addition to the exploratory aspect since it sought to better understand the importance of a valorization center of the regional culture. The results show that architecture can contribute Architecture can positively interfere in the development of a project that promotes awareness and appreciation of the indigenous cause through the adoption of design criteria that are applied since the choice of the program, so as to integrate several scenes of interest. to the specification of regionally identifiable materials.

Keywords: Cultural Center; Indigenous culture; Bioclimatic Architecture.

Lista de ilustrações

- Figura 1: Distribuição por região, da população indígena no Brasil.
Figura 2: Povos Yanomami e Ye'kwana se unem e exigem: "Fora, garimpo!"
Figura 3: Pote de cerâmica Assurini, motivo decorativo
Figura 4: Padrões e pintura corporal Waiãpi.
Figura 5: Central de Artesanato Branco e Silva - Fachada
Figura 6: Central de Artesanato Branco e Silva - Interior
Figura 7 – Implantação do Centro Comunitário.
Figura 8 – Volume definido por malha estrutural ortogonal.
Figura 9 – Módulos de cobertura que permitem a permeabilidade de luz.
Figura 10 – Módulos de cobertura que permitem a permeabilidade de luz.
Figura 11 – Centro de capacitação em funcionamento.
Figura 12 – Volume linear longitudinal.
Figura 13 – Aplicação de aspectos de bioarquitetura.
Figura 14 – Soluções de bioarquitetura, aplicação de técnicas e matérias locais
Figura 15: Interação da arquitetura com o clima.
Figura 16: Comparação entre moradias comunitárias, uma no Brasil e outra no Peru.
Figura 17: Mapeamento de Pontos de Interesse no entorno.
Figura 18: Localização do Terreno
Figura 19: Corte do terreno no sentido transversal
Figura 20: Corte do terreno no sentido longitudinal.
Figura 21: Terreno Escolhido
Figura 22 Mapa de visualização dos bairros vizinhos ao terreno
Figura 23: Fluxograma e Zoneamento preliminar
Figura 24: Moradia característica da tribo Yanomami
Figura 25: Interior da maloca Yanomami
Figura 26: Extração da forma a partir de geometria da forma de referência Maloca Yanomami, em planta baixa.
Figura 27: Definição final da composição dos volumes. O objeto circular ganha destaque e passa a compor a paisagem da via principal Mário Ypiranga e os dois volumes complementares assumem uma forma retangular em segundo plano.
Figura 28: Proposta final de Implantação
Figura 29: Planta Baixa – 1º Pav Ed. Cultura.
Figura 30: Planta Baixa – Ed. Sustento e Planta Baixa Térreo Ed. Cultura
Figura 31: Planta Baixa – Térreo e 1º Pav. Ed. Memória
Figura 32: Corte AA
Figura 33: Corte BB
Figura 34: Corte CC
Figura 35: Corte DD
Figura 36: Perspectiva 01
Figura 37: Perspectiva 02
Figura 38: Perspectiva 03
Figura 39: Perspectiva 04
Figura 40: Perspectiva 05

Lista de tabelas

Tabela 1: População da região note autodeclarada indígena

Tabela 2: Quadro Comparativo

Tabela 3: Intensidade de ocupação, Setor 12.

Tabela 4: Diretrizes de usos e atividades, Setor 12.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	07
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA	10
1.2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	10
1.3 METODOLOGIA.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO INDÍGENA.....	12
2.1.1 Estatuto do Índio.....	15
2.1.2 Migração Indígena.....	16
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO INDÍGENA.....	12
2.2 DA PRÉ-EXISTÊNCIA: CENTRAL DE ARTESANATO BRANCO E SILVA.....	18
2.3 ESTUDOD DE CASO.....	19
2.3.1 Centro Comunitário de Fa Chang.....	Erro! Indicador não definido.
2.3.2 Centro de Capacitação Indígena Kăpäcläjui.....	22
2.3.3 Comparação entre estudos de caso	24
2.4 CONCEITO DE CENTROS CULTURAIS	24
2.4.1 Cultura , Comunidade e Turismo.....	26
2.5 ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA.....	28
2.5.1 Histórico	28
3 DIAGNÓSTICO	Erro! Indicador não definido.
3.1 CONDICIONANTES AMBIENTAIS	30
3.1.1 Terreno.....	30
3.1.2 Localização e topografia.....	31
3.2 CONDICIONANTES LEGAIS.....	35
3.2.1 Legislação Urbana de Manaus.....	35
3.3 DO CENTRO DE ARTE DE CULTURA DA AMAZÔNIA.....	36
3.3.1 Programa de necessidades e Pré - dimensionamento	39
3.3.2 Setorização e Zoneamento.....	40
3.3.3 Partido geral.....	38
4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	42
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

O Plano Setorial para as Culturas Indígenas, divulgado pelo Ministério da Cultura no ano de 2012 afirma que o Brasil é reconhecido internacionalmente como um país grandemente diversificado, seja no tanto que tange à sua biodiversidade, quanto à socio diversidade. Nesse sentido, os povos indígenas atuam com uma importante contribuição a diversidade cultural brasileira.

Ainda conforme o Plano Setorial para as Culturas Indígenas, dados estatísticos apontam que a população indígena no Brasil é de aproximadamente 817 mil pessoas (IBGE, 2010), organizadas em 270 etnias falantes de 180 línguas indígenas distintas. Tendo o Amazonas o maior número de população autodeclarada indígena tanto da região norte quanto do Brasil, somando um total de 168.680 mil pessoas indígenas.

Tabela 01: População da região norte autodeclarada indígena.

Região Norte	305.873
Rondônia	12.015
Acre	15.921
Amazonas	168.680
Roraima	49.637
Pará	39.081
Amapá	7.408

Fonte: Produção da autora com base nos dados do Censo 2010.

Os direitos dos indígenas no Brasil são assegurados constitucionalmente. Conforme o Artigo 231 da Constituição Federal, são objetos de proteção a sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Todavia, o reconhecimento oficial da contribuição da diversidade sociocultural dos povos indígenas para a formação da nação brasileira é recente. Essa mudança veio com a Constituição Federal de 1988, na qual a diversidade cultural passa a ser reconhecida como constitutiva do Estado Brasileiro. A partir desse reconhecimento, nasce o direito dos povos

indígenas à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Nesse contexto, destaca-se a necessidade do compromisso do Estado em ofertar ao povo indígena a proteção com a garantia das condições que possibilitem a preservação da dignidade humana e da sua cultura.

O Censo 2010 do IBGE calcula que existem 306 mil indígenas na Amazônia. Estudos apontam que esses indígenas possuem contato com a cultura externa, porém mantêm aspectos de vida e cultura dos seus antepassados e que seus direitos e costumes vêm sendo questionados, ameaçados e até mesmo feridos. Portanto, a importância em desenvolver um projeto que promova a consciência e a valorização da sua causa.

Dentro dessa perspectiva, os Centros Culturais podem ser vistos como locais que favorecem o desenvolvimento de ações voltadas para a proteção, a promoção, o fortalecimento e a valorização das culturas de uma sociedade ou de um grupo específico, como é o caso dos indígenas.

Ao considerar as funções dos Centros Culturais como importantes para a preservação e valorização da cultura indígena, esta pesquisa aponta como problemática os itens expostos a seguir ao tempo em que procura responder as seguintes perguntas:

1. Como a arquitetura pode contribuir para a criação de espaços que promovam a valorização da cultura indígena?
2. O município de Manaus apresenta locais, dentro do perímetro urbano que promovam o fortalecimento da cultura indígena?

Neste sentido, procura-se desdobrar essa temática gerada pelos problemas mencionados, refletindo na concepção das hipóteses de que:

- O município de Manaus apresenta carência de locais dentro do perímetro urbano que tenham o objetivo de fortalecer e promover a cultura indígena.
- A arquitetura pode interferir positivamente no desenvolver de um projeto que promova a consciência e a valorização da causa indígena.

Esta pesquisa foi realizada também sob a vertente exploratória, uma vez que que buscou entender melhor a importância da cultura indígena no Brasil e sobre a função que os Centros Culturais assumem nesse aspecto.

Tais conhecimentos foram gerados a partir de uma abordagem que contemplou como procedimentos: (1) a revisão bibliográfica, possibilitando o aprofundamento teórico, conceitual

e técnico, e serviu como base para o projeto; (2) pesquisa documental da legislação pertinente; e (3) estudo de caso de instituições que assumem a função do tema aqui abordado.

Por fim, a análise dos dados foi feita à luz do referencial teórico, além das percepções da pesquisadora a partir dos estudos teóricos, utilizando-se as experiências e pesquisas na área como embasamento para este trabalho.

Em se tratando do ponto de vista estrutural, este trabalho compõe-se da seguinte sequência:

Na introdução, encontra-se exposta uma breve iniciação ao tema de estudo, bem como os objetivos deste estudo e a justificativa pela escolha do tema, além dos aspectos metodológicos utilizados.

Nas páginas que se seguem há a pretensão de ampliar a discussão sobre os aspectos relacionados a importância da preservação da cultura indígena e o papel dos centros culturais. Os capítulos revelam aspectos referentes ao tratamento destinado aos indígenas e a evolução dele ao longo do tempo.

A revisão bibliográfica é apresentada o aprofundamento dos assuntos relacionados ao tema da pesquisa. De modo detalhado, o tópico intitulado **Contexto histórico indígena**, é traçado um panorama do histórico sobre as sociedades indígenas no Brasil considerando os aspectos socioculturais e a evolução do tratamento destinados a eles ao longo do tempo. No tópico seguinte: **O índio na cultura brasileira**, aborda a pluralidade da cultura indígena, destacando não só a beleza como as funções dentro da tribo. Por fim, o tópico **Central de Artesanato Branco e Silva**, traz dados relevantes a respeito da pré-existência, referindo-se ao objeto arquitetônico que em outro momento esteve em funcionamento no terreno trabalhado.

Em **Estudos de casos**, temos uma abordagem de exemplares não somente de estabelecimentos destinadas a promoção e divulgação da cultura indígena como também aqueles com outras funções, mas que seguem princípios de forma, material e conceitos que norteiam este trabalho.

No capítulo 3, denominado **Normas técnicas de projeto e construção de Centros Culturais**, busca-se o entendimento sobre as normas que permeiam a elaboração de projetos arquitetônicos de Centros Culturais e as legislações vigentes no âmbito municipal.

Já no capítulo 4 são apresentadas as **Definições de Diretrizes de Projeto de um Centro Cultural Indígena**, desde o diagnóstico do terreno escolhido para a implantação do presente projeto até o anteprojeto arquitetônico. Em seguida, são apresentadas as Conclusões Finais deste trabalho com as respostas para as perguntas de pesquisa, assim como recomendações para

pesquisas futuras. Por fim, são apresentadas as Referências Bibliográficas utilizadas na elaboração da dissertação, e os Apêndices.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o exposto, justifica-se a realização desse trabalho pela ciência da real necessidade de implantação de um Centro de Arte e Cultura dos Povos Indígenas na Cidade de Manaus, Amazonas. Reconhecendo a importância da existência um local que lhes é de direito dentro do âmbito urbano, que ofereça condições do fortalecimento, da divulgação, da promoção e do debate das práticas culturais e artísticas oriundas de outro contexto temporal e espacial, que buscam um lugar na cidade. Justifica-se ainda por considerar-se que este trabalho se configura como uma contribuição para o debate sobre o tema proposto, tanto no meio acadêmico, quanto nas próprias instituições de ensino, cuja importância se fundamenta na reflexão sobre a importância de não apagar e sim evidenciar e tornar difuso o conhecimento a respeito da cultura indígena no Brasil.

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho tem como objetivo geral desenvolver um objeto arquitetônico denominado “Centro de Arte e Cultura dos Povos Indígenas na Cidade de Manaus - Amazonas” afim de promover dentro do contexto urbano um espaço pertencente ao povo indígena para a difusão de sua cultura, costumes, história e artesanato.

A partir do Objetivo Geral acima citado, pode-se estruturar os objetivos específicos deste trabalho nos seguintes tópicos:

- a) Elaborar pesquisa histórica sobre o contexto do povo indígena na Amazônia;
- b) Promover a educação e conscientização tanto da população manauara como de seus visitantes a respeito da cultura e das causas indígenas;
- c) Adotar a flexibilidade funcional integrando pesquisa, exposição e a comercialização de artesanato com temas indígenas;
- d) Promover o debate sobre a atual situação global destes povos;
- e) Criar eixos visuais e permeabilidade de fluxos.
- f) Projetar um complexo com três edificações que se unem por uma praça e seus espaços abertos e permeáveis visualmente.

1.3. METODOLOGIA

Este estudo tem uma abordagem qualitativa e tomou partido inicialmente da revisão bibliográfica, assumindo um caráter essencialmente exploratório, uma vez que buscou entender melhor meios de valorização da cultura indígena e os aspectos normativos para o projeto e construção de Centros culturais.

A pesquisa delineou-se, então, como teórica e prática, realizada em um primeiro momento a partir de revisão de literatura e estudos de caso, que serviram de bases teóricas para o desenvolvimento do projeto.

Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa documental da legislação pertinente e estudos de casos de instituições de nível internacional, nacional e regional que são voltadas para a função do tema proposto.

Por fim, a análise dos dados foi feita à luz do referencial teórico, além das percepções da pesquisadora a partir dos estudos teóricos, utilizando-se as experiências e pesquisas na área como embasamento para esta pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO INDÍGENA

A Amazônia recebeu uma grande diversidade de povos no decorrer da sua história, tanto no interior de suas matas como na margem de seus rios. Após a descoberta pelos portugueses em 1500, estes povos passaram a ser chamados, genericamente, de indígenas.

De acordo com definição antropológica:

Indígena é, no Brasil de hoje, essencialmente, aquela parcela da população que apresenta problemas de inadaptação à sociedade brasileira, em suas diversas variantes, motivados pela conservação de costumes, hábitos ou meras lealdades que a vinculam a uma tradição pré-colombiana que se identifica como etnicamente diversa da nacional e é considerada indígena pela população brasileira com que está em contato (D. Ribeiro 1970:254).

Atualmente, existem povos indígenas em todas as unidades da federação, de acordo com o Censo IBGE 2010, são 305 etnias somando 896.917 pessoas que falam 274 línguas.

Destes, 324.834 vivem em cidade e 572.083 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,47% da população total do país (FIGURA1).

Distribuição da população indígena - IBGE - 2010

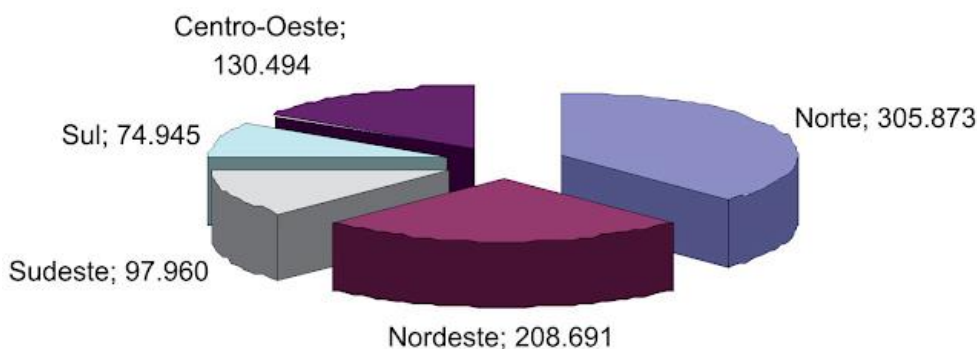


Figura 1: Distribuição por região, da população indígena no Brasil.

Fonte: FUNAI

Deste total, aproximadamente 180 povos indígenas vivem na região da Amazônia contribuindo para a sua grande e complexa sociodiversidade. Estes povos, que nela foram se multiplicando, constituíram complexas redes linguísticas, intrincadas redes sociais e harmoniosos sistemas econômicos de trocas e fartura (RICARDO,2017).

O histórico deste povo no Brasil sempre foi palco de exploração e inúmeras lutas de resistência. A começar pelo projeto de colonização que usou de guerra, escravidão, imposição de ideologia religiosa e contaminação por doenças, gerando uma catástrofe demográfica da população indígena aquela época. Após a colonização veio o extrativismo da borracha, causando mais guerras e exploração desenfreada e mais atualmente, nas décadas de 60 e 70, a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte, onde povos como os Waimiri-Atroari, Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, entre muitos outros, foram duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público (RICARDO, 2017).

Hoje na Amazônia, motosserras e tratores comandados por grandes serrarias que já esgotaram o potencial madeireiro em outras regiões do mundo, avançam para desmatá-la. As mineradoras e companhias de petróleo escavam o quanto podem e pedem por mais, fazem pressão sobre o Congresso Nacional para que seja regulamentada a exploração mineral em

terras indígenas (RICARDO,2017). Já a resistência, fica por conta de uma luta articulada por alianças entre o Fórum Social Pan Amazônico, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, esta, incluindo diversas ONG's e iniciativas privadas, e além destas alianças de poder, a resistência conta também principalmente com a teimosia diária e incessante os povos indígenas em continuarem, dinamicamente, a viver do seu jeito, com suas próprias regras e seus direitos (FIGURA 2).

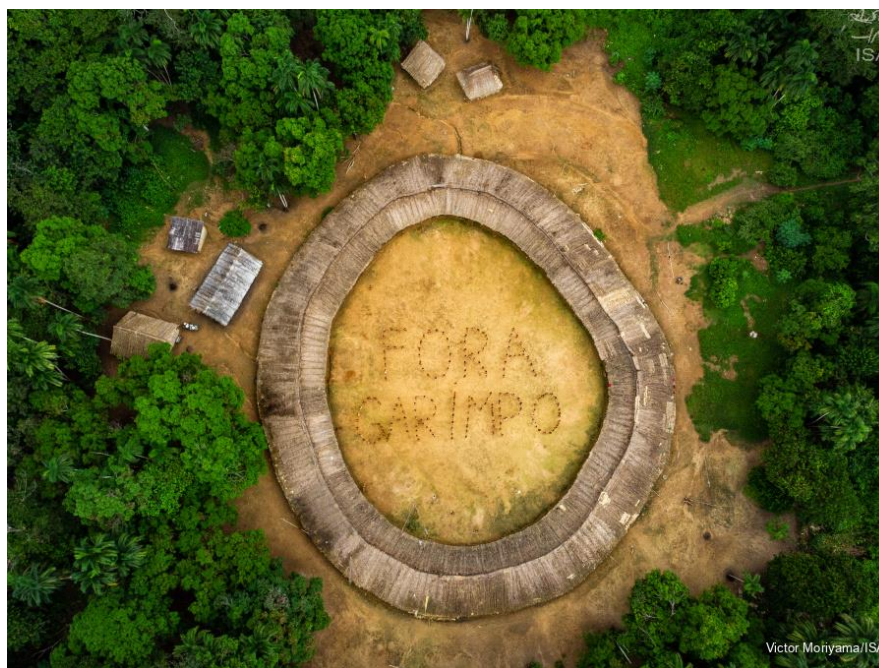


Figura 2: Povos Yanomami e Ye'kwana se unem e exigem: "Fora, garimpo!"

Fonte: Instituto Socioambiental

A comunidade indígena geralmente se distingue por determinadas características singulares. Compartilham expressões culturais – língua, costumes, técnicas, crenças, formas de organização socioeconômica – distintas da sociedade nacional. Possui um território comum, geralmente isolado ou semi-isolado, cuja posse e a exploração autônoma são condições indispensáveis para a sua sobrevivência como grupo étnico. Possui lideranças próprias, sem representação a nível nacional. Seus direitos como minoria étnica são formalmente reconhecidos pelo Estado, mas na prática, desrespeitados sempre que entram em confronto com interesses locais ou regionais (RIBEIRO,2013).

A terra é para uma tribo indígena, seu meio básico de produção. Além disto, o território tribal é também o sustentáculo da identidade étnica. Sendo assim, o território tribal abrange não só a terra necessária para as atividades agrícolas, de caça, pesca e coleta – designada geralmente

de área de livre circulação do grupo -, como também os locais das antigas aldeias com os respectivos cemitérios, os lugares sagrados ou míticos, assinalados alguns casos com inscrições rupestres ou acidentes geográficos que simbolizam os locais de origem, dos seus ancestrais (RIBEIRO,2013).

Esses componentes simbólicos de sustentação da identidade tribal, a par da adaptação ecológica a um território, respondem pelo apego do índio às suas terras e explicam sua dispersão por todo o território nacional.

2.1.1 Estatuto do Índio

Os povos indígenas, apoiados principalmente por organizações da igreja, passaram a promover reuniões para discutir os seus problemas. Foram ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto oficial de extermínio de uma Ditadura Militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998. Com tudo isso, os povos indígenas conseguiram que a Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais. Constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente as conquistas legais (PIB SOCIOAMBIENTAL, 2011).

A legislação brasileira – que à época da fundação do Serviço de Proteção aos Índios (1910), podia ser considerada avançada em relação à anterior e à prevalecente no resto da América Latina – une-se num artigo da Constituição Federal (nº 198) e sua regulamentação (Estatuto do Índio, Lei 6.001 de 1973)

2.1.2 Migração indígena

Observando o primeiro Censo em que se incluiu a categoria, o de 1991, a presença indígena nas áreas urbanas vinha ocorrendo de modo crescente. De acordo com os resultados de 2010 ocorreu uma certa diminuição na proporção da população indígena residindo em áreas rurais. No Brasil contabiliza-se que 61% da população reside em áreas rurais, e nas regiões nordeste e sudeste essa proporção vai para 49 e 19%, respectivamente. Nas regiões norte e centro-oeste, a proporção de indígenas vivendo em áreas rurais é de 79 e 73% e no sul 54% das

pessoas que se declaram como indígenas estão vivendo nas áreas rurais (PIB SOCIOAMBIENTAL, 2011).

Porém estes resultados instigam um questionamento em relação aos próprios conceitos de rural e urbano do ponto de vista dessa população. Outra situação a observar são as novas formas do indígena habitar a área urbana, bairros indígenas são comuns seja em grandes cidades como Manaus, ou em cidades próximas a Terras Indígenas, como Caarapó, no Mato Grosso do Sul.

Independente da forma de habitar, muitos povos reúnem, em seu cotidiano, modos de viver herdados de seus antepassados, aliados às relações sociais adquiridas após a intensificação do contato com os "brancos". Nesse ponto, não diferem muito de "nós", brasileiros não-índios, afinal vivemos em uma sociedade continuamente influenciada por outras tradições culturais. Todo esse câmbio pode ser visto de maneira positiva se ambas as partes têm seu valor reconhecido, os povos indígenas muito têm a contribuir, a sabedoria do povo da floresta se faz de extrema importância em vista da atual situação ambiental do nosso país.

2.1.3 O Índio na Cultura Brasileira

Segundo Ribeiro (2013) a cultura de modo geral não é uma realidade estática, inclusive a cultura indígena. A do passado encontramos nos museus e bibliotecas enquanto a do presente se recria a cada dia, ambas sinalizam mais que um resgate de memória, validam o conhecimento relacionado à contribuição que o índio pode dar à cultura brasileira a nível ecológico, tecnológico e ideológico.

De acordo com estudos mais recentes de arte indígena e de arte popular tem-se reconhecido a importância tanto da expressão quanto do conteúdo dessas manifestações estéticas, pois elas são consideradas veículos de comunicação da identidade cultural dos grupos humanos que a cultivam, formando assim uma combinação de forma e significado (RIBEIRO,2013).

Nesse sentido, o que pode ser visto como abstrato ou geométrico possui na verdade um conteúdo com significados específicos. Logo, essas representações iconográficas têm seus significados profundamente enraizados na vivência e nos enredos tribais. Pelo meio da arte, comunicam-se ideias e comportamentos, entendê-las só se torna possível através do profundo

conhecimento da organização social, da cosmologia e de outros aspectos da cultura aos quais a arte intimamente se vincula (RIBEIRO,2013).

O principal meio de comunicar através da arte acaba sendo o próprio corpo, a pele, pintada com tintas feitas de urucum, jenipapo ou babaçu. O índio brasileiro ornamenta o corpo com tintas, arabescos, adereços e plumas. A pintura do corpo tem como objetivo de embelezar, proteger contra picadas de insetos e insolação, além disto também tem o objetivo de comunicar,

seja a função hierárquica, a condição social, sexual ou etária do indivíduo inserido naquela tribo (CARVALHO, 1985).

Cada tribo possui seu padrão de grafismos e eles aparecem não só corpo, mas também em objetos como cestos e vasos (FIGURA 3 e 4).



Figura 3: Pote de cerâmica Assurini, motivo decorativo.

Fonte: Livro Arte e Corpo – Pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiros.



Figura 4: Padrões e pintura corporal Waiãpi.

Fonte: Livro Arte e Corpo – Pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiros.

A criatividade estética do índio é extensa, e além do corpo está impressa na moradia e nos objetos. A repetição de ícones e significados são aplicados no embelezamento da casa, da

cerâmica, à estrutura dos tecidos e trançados, à pirogravura da superfície das cuias, a pintura dos utensílios de madeira, conferindo homogeneidade visual ao universo tribal que milita em favor da singularização étnica.

2.2 DA PRÉ-EXISTÊNCIA: CENTRAL DE ARTESANATO BRANCO E SILVA

A central de Artesanato Branco e Silva, foi inaugurada em 1984 como um espaço cultural que visava contribuir para manter, divulgar e valorizar o artesanato amazonense, predominantemente ribeirinho e de forte influência indígena (CUNHA, et al. 2013). Encontra-se localizada na Avenida Mário Ypiranga, bairro Adrianópolis (FIGURA 5).



Figura 5: Central de Artesanato Branco e Silva - Fachada

FONTE: Google Erth

Vinculada ao Programa de Artesanato Brasileiro, gerido pela Secretaria de Estado do Trabalho, contando com 28 boxes, restaurante, salão de exposição, floricultura e oficina (FIGURA 6). Era considerada uma referência em termos de produção e comercialização artesanal da região possuindo ainda o suporte técnico de 50 funcionários divididos entre artesãos, vendedores e funcionários do governo, coordenação, limpeza e vigilância.



Figura 6: Central de Artesanato Branco e Silva - Interior

FONTE: <http://artesanatoindigena.com/artesanato-indigena-manaus/>

Haviam outros polos três polos no interior do Amazonas, mas devido alguns fatores como, falta de apoio, manutenção, recursos financeiros, interesse cultural, desvio de produtos e de veículos utilizados para o transporte, fizeram com que remessas de verbas fossem cortadas e conseqüentemente, ocasionando o fechamento destes. Assim a Central tornou-se o único polo de vendas de artesanato da região (CUNHA, et al. 2013).

Para atender a esta demanda a Central passou por quatro reformas. Em 2013, na gestão de José Melo, foi fechada para reforma visando a copa de 2014. A obra nunca foi entregue e hoje o patrimônio público encontra-se abandonado e com suas estruturas comprometidas.

2.3 ESTUDOS DE CASOS

2.3.1 Centro Comunitário de Fa Chang

O Centro Comunitário de Fa Chang localiza-se no Vilarejo de Fa, Heyuan, na China. Implantado em um terreno de forma trapezoidal e rodeado por casas e terras agricultáveis, possui em seu entorno um pequeno riacho que passa junto ao limite sudoeste e define os fundos do lote. O acesso até o local se dá através de uma estrada de terra que conecta todos os vilarejos da região.

O edifício é configurado por uma série de espaços abertos e permeáveis, contando apenas com um muro perimetral de tijolo nas faces leste e sul do terreno enquanto, por outro lado, abre-se plenamente em direção noroeste e à montanha.

Como forma de gentileza urbana, o Centro Comunitário conta ainda com uma pequena praça em forma de meia-lua, utilizada como espaço público e cinema ao ar livre nos finais de semana.

O edifício principal foi implantado de modo centralizado no terreno, sobre um platô (FIGURA 7). Circundando o volume do edifício, um amplo deck de madeira define os limites do espaço, que se estende sobre o lote ampliando a sensação de espaço.

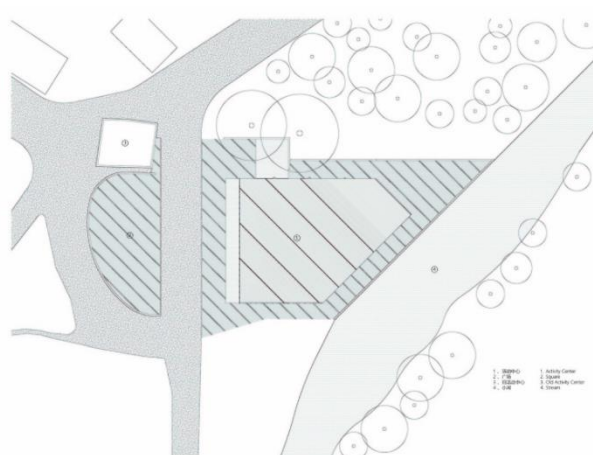


Figura 7 – Implantação do Centro Comunitário.
Fonte: Centro Comunitário de Fa Chang, ARCHDAILY.

O banheiro público foi acoplado junto ao muro perimetral, liberando o espaço do centro comunitário de qualquer instalação ou parede.

O volume do edifício é definido por uma malha estrutural ortogonal de módulo 4x4 metros e um pé direito livre de 3 metros (FIGURA 8). O sistema estrutural é formado por pilares e vigas de madeira. A cobertura possui grandes beirais, na qual os seus módulos inclinados alcançam uma altura de até 4,5 metros em relação ao piso.

O espaço interior é iluminado por uma luz difusa criados a partir das aberturas existentes entre os módulos da cobertura (FIGURA 9).

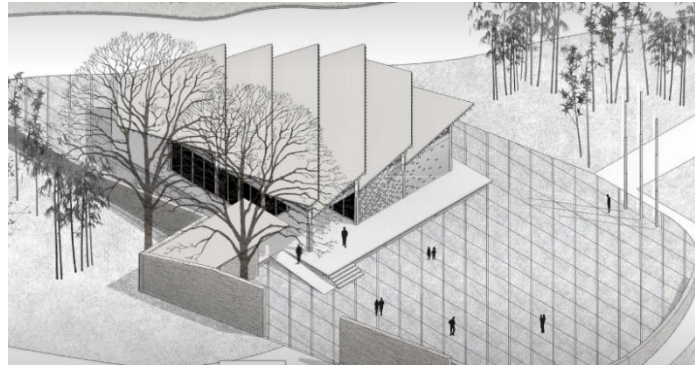


Figura 8 – Volume definido por malha estrutural ortogonal.

Fonte: Centro Comunitário de Fa Chang, ARCHDAILY.



Figura 9 – Módulos de cobertura que permitem a permeabilidade de luz.

Fonte: Centro Comunitário de Fa Chang, ARCHDAILY

Conforme dados constantes no site Archdaily Brasil, os materiais utilizados foram a madeira serrada e o tijolo de barro, buscando inspiração nas características locais, com o comprometimento de construir um projeto de arquitetura que se encontra ressonância nas memórias e na cultura do povo Hakka (FIGURA 10).



Figura 10 – Módulos de cobertura que permitem a permeabilidade de luz.

Fonte: Centro Comunitário de Fa Chang, ARCHDAILY

2.3.2 Centro de Capacitação Indígena Kpäkläjui

O Centro de Capacitação Indígena Kpäkläjui localiza-se na Reserva Indígena de Tayutic de Grano de Oro, na Costa Rica.

Com uma área total de 470 m², compreende um centro de capacitação com alojamento e que age como facilitador de interação entre os locais, os visitantes e impulsiona o desenvolvimento de projetos locais sustentáveis (FIGURA 11).



Figura 11 – Centro de capacitação em funcionamento.

Fonte: Centro de Capacitação Indígena Kpäkläjui, ARCHDAILY

O projeto está distribuído dentro de uma "grande nave linear" ao longo do eixo longitudinal. O programa de necessidades inclui áreas administrativas, salas multiusos, refeitório, cozinha, banheiros, sala de informática e biblioteca. Além disso, no pé-direito duplo da parte frontal. Apresenta corpos espaciais leves, transições sutis entre os espaços interligados através de camadas com uma relação direta com o exterior (FIGURA 12).

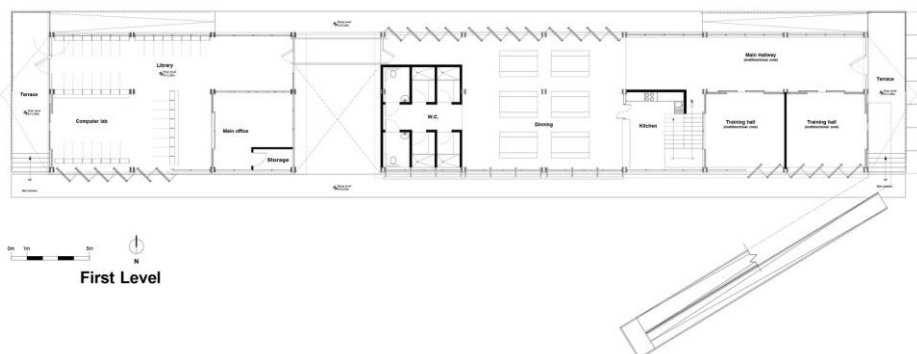


Figura 12 – Volume linear longitudinal.

Fonte: Centro de Capacitação Indígena Kpäkläjui, ARCHDAILY

Quanto aos aspectos de bioarquitetura, o projeto se caracteriza por apresentar elevado do solo, permeável, com importante qualidade de ventilação natural e pé direito duplo (FIGURA 13).

O Projeto se caracteriza também pela utilização de materiais e técnicas construtivas tipicamente locais, tipologia regional adequada ao meio ambiente (FIGURA 14).



Figura 13 – Aplicação de aspectos de bioarquitetura.

Fonte: Centro de Capacitação Indígena Kăpäclăjui, ARCHDAILY

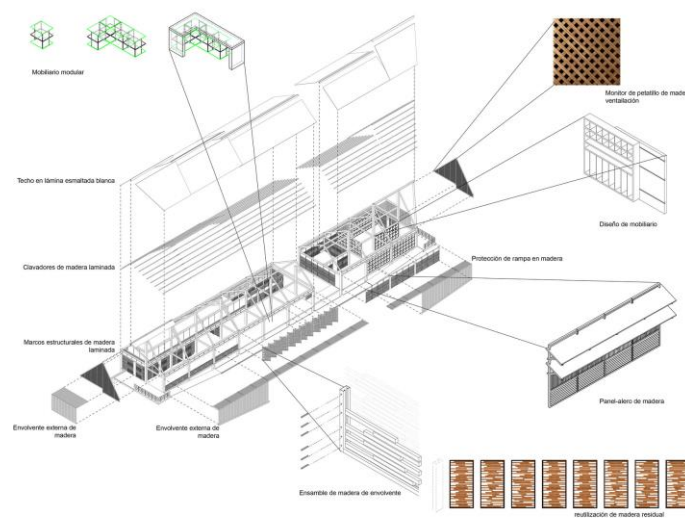


Figura 14 – Soluções de bioarquitetura, aplicação de técnicas e matérias locais.

Fonte: Centro de Capacitação Indígena Kăpäclăjui, ARCHDAILY

2.3.3 Comparação entre os estudos de caso

Tabela 2: Quadro Comparativo

PARÂMETRO AVALIADO	CENTRO COMUNITÁRIO DE FA CHANG	CENTRO DE CAPACITAÇÃO INDÍGENA KÄPÄCLÄJUI
Contexto com seu entorno	Adotou o uso de matérias locais criando pertencimento, além de oferecer uma pequena praça como gentileza urbana.	Volta-se para o exterior de forma imponente porém respeitando o espaço e o contexto do seu entorno.
Aspecto Formal	Estrutura robusta e espaços permeáveis geram a sensação de segurança e conforto.	Volume robusto e ao mesmo tempo leve por possuir bastante elementos vazados, uso da madeira em formatos delicados.
Programa Arquitetônico	Programa pequeno, projetada para se fundir com seu ambiente natural e acolher a comunidade local.	Programa médio e simples com flexibilidade e espaços variados para área de trabalho.

Fonte: Autora

Considerando o exposto referente aos casos estudados, as idéias iniciais do projeto visam a integração do edifício com usuário e as pessoas que ali transitam diariamente tanto nos aspectos visuais, como sensoriais e de ambiência.

Nesse sentido, também será proposta adoção de soluções de arquitetura bioclimática e materiais regionais pretendendo diminuir os impactos ambientais, gerar economia de energia e água, além de tornar o espaço convidativo para os seus usuários.

2.4 CONCEITUAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS

Conforme Milanese (1997), a palavra Cultura apresenta vários significados, sendo que ela está presente na humanidade desde os primeiros séculos e acredita-se que o termo seja derivado do vocábulo do latim *colere*, que por sua vez era utilizado para definir o cultivo de plantas e a criação de animais, remetendo assim uma ação de cuidar de algo.

Milanesi (1997) ainda trata da evolução do termo Cultura e sobre como ele é visto nos tempos atuais, destacando que a palavra teve sua definição alterada e possui dois significados distintos. O primeiro deles trata da relação do homem com sua sociedade e as questões filosóficas e antropológicas que dividem a cultura por povos ou regiões, a partir do qual surgem as designações como exemplo da Cultura indígena, Cultura latino-americana e Cultura popular. Já a segunda definição tem relação com a posse de conhecimentos classificando as pessoas que possuem muita informação como cultos e os que não a tem como incultos.

Ainda que não exista um modelo definido de centro cultural, algumas características básicas possibilitam uma definição. Para Milanesi (1997), o que caracteriza um centro de cultura é “a reunião de produtos culturais, a possibilidade de discuti-los e a prática de criar novos produtos.

Como forma de definição, Teixeira Coelho (1986), declara que a expressão espaço cultural é usada para locais que se dedicam a promover atividades culturais de maneira isolada e não apresentam um acervo permanente. Já o nome centro cultural refere-se a uma instituição mantida pelos poderes públicos, de porte maior, composta por acervos e equipamentos permanentes, como teatros, cinemas, bibliotecas, espaços de exposição, etc.

Assim, conforme indica Milanesi (1997), as bibliotecas aparecem como sendo as construções mais antigas de Cultura, uma vez que com a invenção da escrita no ano 4000 a.C, sempre houve a necessidade de existirem locais para se guardar o conhecimento produzido. (MILANESI, 1997). Esse cenário muda a partir do século V, com a Idade Média, ocasião em que, com a concentração de poder econômico, político e social nas mãos da Igreja Católica, a função desses edifícios passaram a ser instituições privadas já que eram feitas dentro dos mosteiros atendendo os interesses e as preocupações do catolicismo.

Em termos evolutivos, ainda conforme Milanesi (1997), essa condição de detenção do conhecimento por parte de uma classe da sociedade só começa a mudar no século XIII a partir do surgimento das universidades. No entanto, a palavra Cultura só aparece com maior ênfase nas discussões de grandes nomes iluministas como Rousseau e Voltaire no século XVIII, porém seus conceitos nem sempre se integram o que contribui para a imprecisão de significado da Cultura que temos até os dias atuais.

Milanesi (1997) afirma que o primeiro edifício com o nome de centro cultural surgiu na França, no século XX, contradizendo o pensamento de que a Cultura deveria ser realizada em espaços distintos como museus, teatros e bibliotecas. O Centro George Pompidou, além de demonstrar características únicas quanto á forma e sistema estrutural, apresentando-se como

uma proposta inovadora dos arquitetos Richard Rogers e Renzo Piano, considerando que o espaço não apenas oferece o conhecimento como era a função das antigas bibliotecas, mas cria situações e possibilidades de debates na busca de novas expressões e reflexões com estímulos presentes por todo o edifício.

Oliveira (2006) destaca que a França estabeleceu o modelo de um centro cultural que resultou na criação de outras centenas de centros de Cultura por todo o mundo, onde a característica principal desses espaços é sua multifuncionalidade, em que há a possibilidade de discutir e criar novos produtos, onde todos são responsáveis por tal criação.

Milanesi (1997) lembra que as primeiras manifestações culturais no Brasil aconteceram desde a sua descoberta, por intermédio dos padres jesuítas que assumiram a tarefa de catequizar os índios que ali viviam. Porém, até a época da independência do Brasil, o país não possuía nenhum tipo de projeto educacional amplo que objetivasse espalhar o conhecimento por seu território. Em termos históricos, em nosso país, a criação e desenvolvimento dos centros de cultura iniciou-se apenas na década de 80 e teve um crescimento vertiginoso nos últimos vinte anos, provavelmente, vinculado às possibilidades de investimento através de benefícios fiscais concedidos pelas leis de incentivo à cultura.

2.4.1 Cultura, comunidade e turismo.

Entendendo o significado de cultura, conclui-se que ela se associa diretamente a uma série de fatores que caracteriza um povo, uma comunidade, uma sociedade. Essa ideia se reafirma quando entendemos que cultura não é definida somente pela junção daquelas atividades tradicionais de um certo povo, mas também, pelo acréscimo de uma série de significados a seu entendimento. Sendo assim, a cultura está intrinsecamente ligada a tudo que diz respeito ao ser enquanto parte da sociedade, a forma como ele age, se relaciona com outros indivíduos e com o espaço, entre outros aspectos conformadores da comunidade.

Cultura e bem-estar estão diretamente associados, sendo dessa forma, possível considerar os reais benefícios causados pela existência de um espaço que proporcione atividades culturais numa determinada comunidade, pois desenvolver atividades e oferecer

entretenimento potencializa a chance de aprendizagem e desenvolvimento social, que podem ter resultados relacionados com o bem-estar psicológico e a saúde física dos usuários.

Essa sensação conferida ao usuário vai desde sua satisfação pessoal em realizar uma atividade pela qual sente prazer, até a satisfação em compartilhar com outras pessoas os mesmos sentimentos, como dito por Isaura Botelho: A cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Dentro dessa perspectiva, a própria comunidade, através de suas diversas interações se torna agente cultural, em virtude da sua capacidade de produzir, inventar e reinventar sua própria cultura.

Ainda nesse contexto, a comunidade e a própria cultura estão passíveis de sofrerem influências externas que resultem em sua transformação por meio de tal interação. Um exemplo de um fator que pode impulsionar tal relação é o turismo, que coloca em contato direto populações locais de um determinado lugar e visitantes externos que trazem consigo uma cultura diferente. Para entender os fluxos de assimilações culturais decorrentes das relações do turismo com as comunidades raiz, deve-se entendê-lo como uma combinação complexa de inter-relacionamentos cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais” tendo em vista que existe uma relação direta entre a produção cultural e as realidades dos locais onde acontecem. Lugares em que a atividade turística acontece de forma intensa apresentam-se como locais propícios para o desenvolvimento de espaços culturais, em decorrência da sua pluralidade cultural.

2.4.2. A que e a quem são destinados os centros culturais?

A maioria dos centros se enquadra na cultura da sustentação, logo estes serão destinados a um público com mínimas condições, sendo assim em sua grande maioria acaba acolhendo e estimulando uma parcela mínima da população, detentora de conhecimento prévio.

Aos demais, resta o sentimento de ignorância, por não entender ou não se familiarizar com o ambiente.

Um centro cultural, desde a sua localização, ao seu programa e passando pela sua forma expressam concretamente o modo de ver uma atividade cultural. Em se tratando de essência, a tríade que rege os centros de cultura nesse sentido são: informar, discutir e criar.

2.5 ARQUITETURA BIOCLIMÁTICA

2.5.1 Histórico

A arquitetura bioclimática é o estudo que propõe a harmonia entre construções e meio ambiente afim de melhorar a utilização recursos naturais disponíveis como a luz solar e o vento no intuito de gerar conforto e reduzir os impactos gerados.

De acordo com Corbella (2011), a arquitetura bioclimática trata o envelope da construção como uma membrana reguladora (permeável e controlada) entre o ambiente externo e interno, utilizando desta membrana para conseguir um ambiente interno confortável através de recursos de projeto e escolha de materiais convenientes, além de levar em conta as variáveis climáticas da região (FIGURA 15).

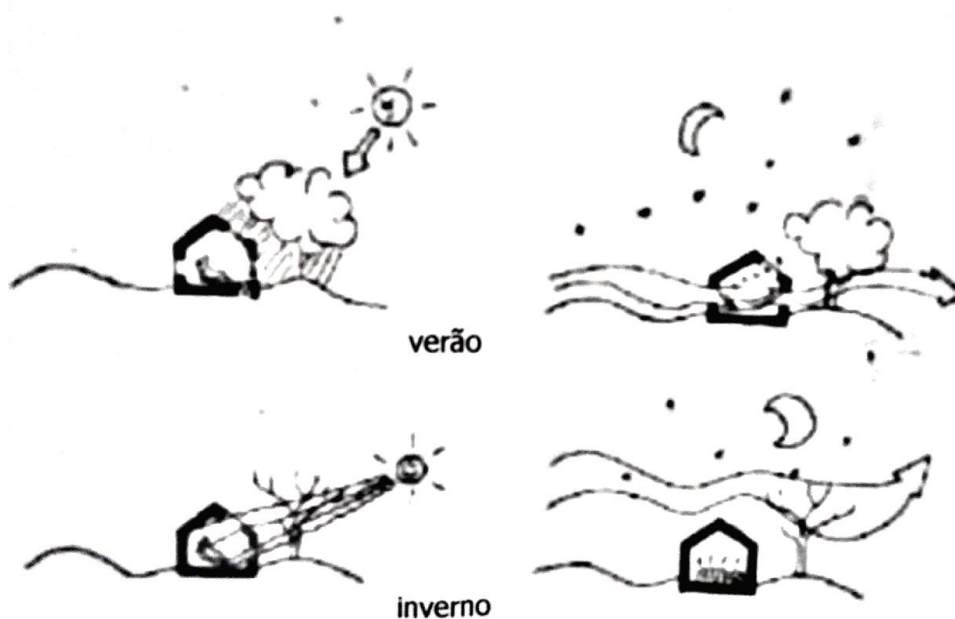


Figura 15: Interação da arquitetura com o clima.
Fonte: Livro – Manual de Arquitetura Bioclimática Tropical

Portanto, o arquiteto deve conhecer as estratégias e comportamentos dos materiais adequadas para cada clima. Assim o projeto arquitetônico se desenvolve a partir das características bioclimáticas da região, aproveitando seus benefícios e resolvendo os problemas que podem dificultar o desempenho do edifício.

Na história, para se conseguir sobreviver em locais frios ou muito quentes os povos desenvolvia a arquitetura para cumprir papel de abrigo climático. Assim, os primeiros construtores da chamada Arquitetura Vernácula não podiam ignorar a ação do clima no desenho de suas construções (CORBELA, OSCAR, 2011)

Segundo definição de Aurélio Eletrônico 2019:

“Arquitetura vernácula é aquela que utiliza os materiais disponíveis em determinado local ou região e/ ou técnicas de construção tradicionais de uma cultura.”

Esse tipo de arquitetura aproveita os recursos naturais disponíveis, como a energia solar, para aquecer o interior das construções ou a água. Em todos os climas, portanto, as construções vernáculas usam desta habilidade de se apropriar dos recursos disponíveis na natureza para criar soluções construtivas adequadas às suas necessidades específicas (CORBELA, OSCAR, 2011). Assim, mesmo em países diferentes a adoção das soluções e materiais poderá se assemelhar caso o clima for igual (FIGURA 16).



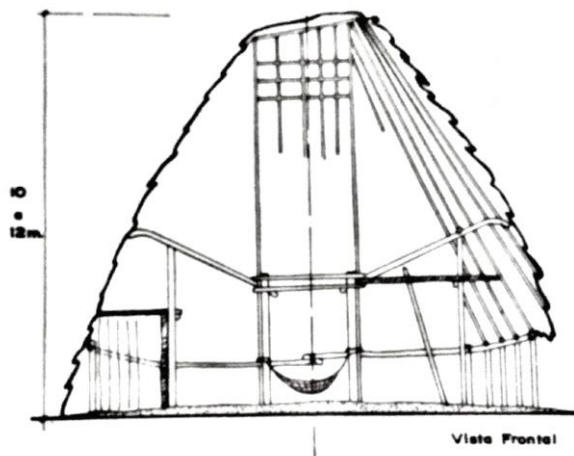


Figura 16: Comparação entre moradias comunitárias, uma no Brasil e outra no Peru.
Fonte: Livro – Manual de Arquitetura Bioclimática Tropical

3. DIAGNÓSTICO

3.1 CONDICIONANTES AMBIENTAIS

3.1.1 Terreno

A escolha do terreno para a construção de uma unidade de centro de arte e cultura se deu a partir da leitura da percepção do lugar enquanto espaço resultante de fatores sociourbanísticos não avaliando apenas o lote isoladamente, mas sim um elemento inserido em um espaço de dinâmica urbana.

Foi elencado um terreno situado na Avenida Mário Ypiranga Monteiro em uma região de alta densidade, muito próxima de comércio e serviço, situado em corredor urbano e, portanto, sendo passagem e conexão para várias zonas da cidade e principalmente para as zonas turísticas do centro histórico, e também com características residenciais.

Essa proximidade de variados pontos concentradores de pessoas e a visibilidade que o terreno se encontra permite que o Centro de Cultura e Arte seja um espaço visitado por diversos seguimentos sociais e faixas etárias

Outro fator de interesse observado se relaciona com o conceito de ambiência. Nesses termos, levou-se em conta o que afirma Mascaró e Mascaró (2009) que a Ambiência Urbana, deve ser importante ponto de estudo, análise e delimitação de diretriz, a partir da diminuição de degradação ou impacto ambiental, ressaltando assim o reflexo positivo que a ocupação de um

A escolha do lote se deu, portanto, levando em consideração localização em corredor urbano e a existência de grandes pontos de interesse da cidade de Manaus por todo o entorno. Além disto outro fator fundamental foi a oportunidade de propor um centro de referência de dos povos indígenas, otimizando-o e agregando novas funções.

3.1.2 Localização e Topografia

O projeto será implantado na cidade de Manaus, Amazonas, que possui 1.802.014 de habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do ano de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O terreno escolhido para implantação localiza-se no bairro Adrianópolis, na Zona Centro-sul de Manaus, Corredor Urbano Seguimento Darcy Vargas (FIGURA 18).



Figura 18: Localização do Terreno

Fonte: Google Earth. Editado pela autora.

Sua topografia acompanha o nível da avenida principal, apresentando um pequeno desnível de aproximadamente 2 metros do ponto mais alto ao ponto mais baixo do terreno (Erro! Fonte de referência não encontrada. 19 e 20).

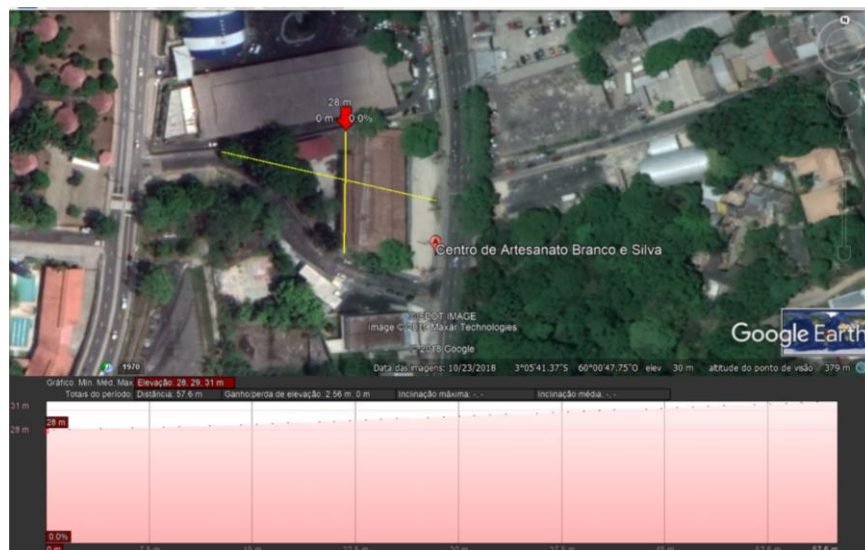


Figura 19: Corte do terreno no sentido transversal.

Fonte: Google Earth. Editado



Figura 20: Corte do terreno no sentido longitudinal.

Fonte: Google Earth. Editado

É um terreno que não possui muita vegetação nativa consolidada e um edifício pré-existente, o que evidencia que já sofreu alterações em sua topografia anteriormente.

Seus limites físicos estão definidos do seguinte modo: ao sul o lote limita-se a Rua Penetração, que faz conexão com a Avenida Maceió; à leste limita-se a Avenida Mário Ypiranga Monteiro, logo após o viaduto Miguel Arraes, e ao norte está adjacente à Secretaria Municipal de Saúde.

O terreno possui uma área física, com 4.710,35 m² com acesso tanto pela Avenida Mário Ypiranga quanto pela Rua Penetração. Estas características de dimensão territorial, acesso

duplo e conexão com outra avenida principal possibilitam implantar o objeto arquitetônico proposto atendendo as necessidades e intenções projetuais (**Erro! Fonte de referência não encontrada.** 21).

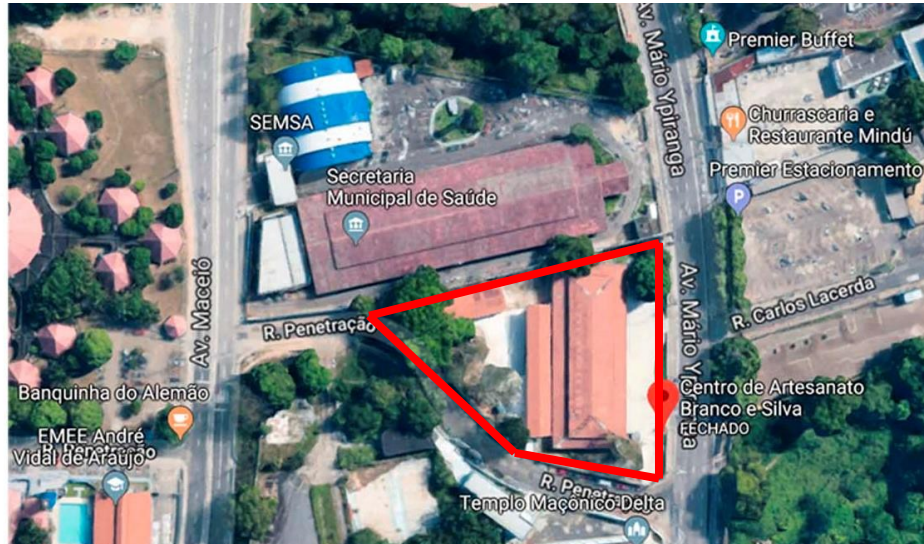


Figura 21: Terreno Escolhido

Fonte: Google Earth. Editado

Os pontos de referência para sua localização são muitos, mas pode-se destacar como marcos mais significativos desta região, o Viaduto Miguel Arraes e as Secretarias Municipais e Saúde e de Educação, uma vez que se mantém consolidados na região.

O terreno faz parte de uma região que tem conexão direta com os bairros Aleixo, Parque Dez de Novembro e Chapada (FIGURA 22).

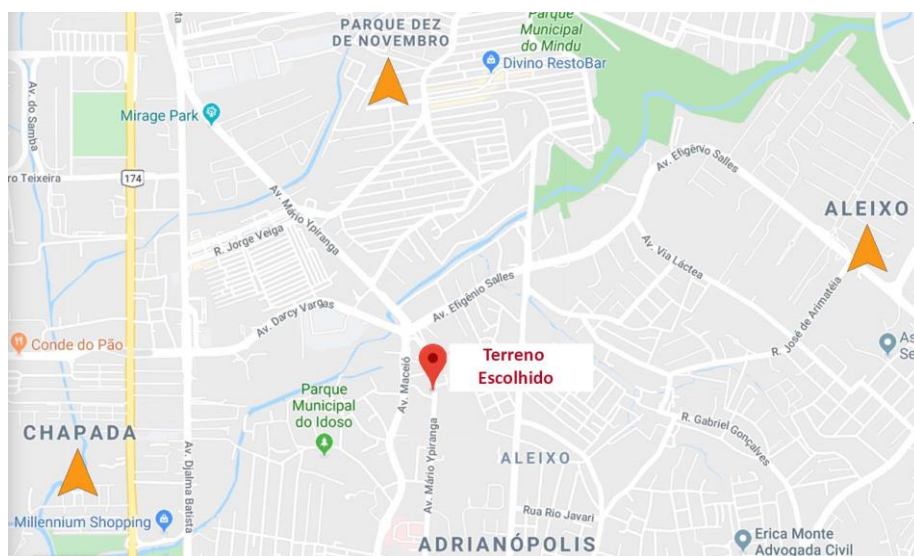


Figura 22 Mapa de visualização dos bairros vizinhos ao terreno.

Fonte: Google Earth. Editado pela autora.

3.2 CONDICIONANTES LEGAIS

3.2.1 Legislação Urbana de Manaus

Este projeto será legalmente embasado na Lei Complementar Nº 002 que dispõe sobre o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus; na Lei Complementar Nº 003 que dispõe sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Manaus; a Lei Complementar Nº 004 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano do Município de Manaus; a Lei Complementar Nº 005 que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Manaus; a Lei Nº 1.837 que dispõe sobre as Áreas de Especial Interesse Social previstas no Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus; e a Lei Nº 1.838 que dispõe sobre as Normas de Uso e Ocupação do Solo no Município de Manaus.

O terreno escolhido para a aplicação do projeto está localizado no bairro Adrianópolis, na Av. Mário Ypiranga Monteiro, pertence a Zona Urbana Centro-Sul. De acordo com a Seção I do Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus (2014), o terreno em questão encontra-se no Setor Urbano 12, constituindo uma unidade de usos diversificados conforme TABELA, abrangendo os Bairros Adrianópolis e Nossa Senhora das Graças. De acordo com a Seção II do mesmo, o terreno também é localizado no Corredor Urbano Darcy Vargas, o qual e abrange as faixas lindeiras às avenidas Coronel Teixeira, Jacira Reis, Theomário Pinto da Costa, Darcy Vargas, Efigênio Sales e Pedro Teixeira.

Tabela 3: Intensidade de ocupação, Setor 12.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO					
ANEXO I - QUADRO DE INTENSIDADE DE OCUPAÇÃO POR SETORES URBANOS					
SETORES					
SETOR	BAIRRO	DENSIDADE	OCUPAÇÃO/VERTICALIZAÇÃO	CAMT	GABARITO MÁXIMO
12	Adrianópolis	Alta	Vertical alta	4,8	25 pavtos.

Fonte: Produção da autora com base no Plano Diretor de Manaus

O Art. 17 da Norma de Uso e Ocupação do Solo divide o Corredor Darcy Vargas em 4 seguimentos, sendo o terreno em questão localizado no Seguimento Darcy Vargas com as seguintes diretrizes:

III – Segmento Darcy Vargas: predominância dos usos comerciais e de serviços, de expansão da área central, com estímulo às atividades não geradoras de tráfego; tolerância para uso residencial em condições adequadas. De verticalização alta e densidade alta, abrange a Avenida Darcy Vargas, da confluência com a Avenida Constantino Nery até confluência com a Avenida Mario Ypiranga.

Tabela 4: Diretrizes de usos e atividades, Setor 12.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO				
ANEXO IV- QUADRO DE USOS E ATIVIDADES POR SETORES				
USO E ATIVIDADES				
ZONAS/ SETOR/SUBSETOR E EIXO DE ATIVIDADES	DIRETRIZES	USOS PERMITIDOS	ATIVIDADES PERMITIDAS	
Setor 12	Adrianópolis N. Sra. Das Graças	Integração de atividades comerciais e de serviços, industrial compatíveis com o uso residencial.	residencial unifamiliar e multifamiliar; comercial; serviço; industrial de baixo impacto	tipo 1, tipo 2**, tipo 3**
	EIXO DE ATIVIDADES*	Reforço as atividades existentes, principalmente as atividades comerciais, de serviços e industriais, compatíveis com o uso residencial.	residencial unifamiliar e multifamiliar; comércio; serviço; industrial de médio impacto	tipo 1 e tipo 2, tipo 3, tipo 4***

(*) relação no Anexo II desta Lei
 (**) exceto para o uso industrial
 (***) exceto para o uso industrial e comércio atacadista

Fonte: Produção da autora com base no Plano Diretor de Manaus.

3.3 DO CENTRO DE ARTE E CULTURA DOS POVOS INDÍGENA EM MANAUS - AMAZONAS

3.3.1 Programa de necessidades e Pré-dimensionamento

A partir da análise dos estudos de caso e de outras referências pode-se perceber a relevância de um centro multifuncional que promova além da educação, a troca de conhecimento e a interação social. Portanto, serão incorporados ao programa espaços de exposições, salas de mídia e oficinas, acervo literário para consulta, espaços de convivência e galeria para aquisição de produtos artesanais.

Além disso, para dimensionar os ambientes foram consideradas informações coletadas em Neufert (1976), na NBR 9050, e de acordo com a demanda dos ambientes.

EDIFICAÇÃO	AMBIENTE	QNT	ÁREA UNIT. (M ²)	ÁREA TOTAL (M ²)
CULTURA	Manifestações performáticas e	01	219,7	219,7
	Sala multimídia	01	35,2	35,2
	Salas de Exposição	02	35,2	70,3
	Hall de entrada e Circulação	01	122,7	122,7
	Escada e Elevador	01	37,5	37,5
	WC's (Fem e Masc)	02	17,7	35,4
Área do Térreo	520,76			
CULTURA	Oficina Linguagem	01	35,2	35,2
	Oficina Tramas	01	35,2	35,2
	Oficina Medicina Indígena	01	35,2	35,2
	Circulação Salas	01	156,2	156,2
	Café	01	36,7	36,7
	Salão Café	01	127,8	127,8
	WC's (Fem e Masc)	02	17,7	35,4
	Escada e Elevador	01	37,5	37,5
Área Do 1 PAV	426,23			
MEMÓRIA	Hall de entrada	01	25,2	25,2
	Lounge	01	25,7	25,7
	Salão Leitura	01	53,8	53,8
	Acervo	01	30,0	30,0
	Informações	01	9,3	9,3
	WC's (Fem e Masc)	02	2,6	5,1
	Escada e Elevador	01	15,9	15,9
Área do Térreo	164,91			
SERVIÇO	WC's Vestiário (Fem e Masc)	02	17,6	35,2
	Copa	01	6,7	6,7
	Administração	01	23,5	23,5
	Almoxarifado	01	11,8	11,8
Área do térreo	77,13			
ADM	Hall Administrativo	01	9,7	9,7
	Recepção	01	11,6	11,6
	Copa	01	17,6	17,6
	Circulação	01	31,4	31,4
	Secretaria	01	21,6	21,6
	Coordenação	01	11,8	11,8
	Financeiro	01	11,8	11,8
	Direção geral	01	11,8	11,8
	Almoxarifado	01	7,9	7,9
	Arquivo geral	01	7,9	7,9
	Estar funcionário	01	20,3	20,3
	Sala de Reunião	01	30,8	30,8
	Escada e Elevador	01	15,9	15,9
	DML	01	9,1	9,1
WC's (Fem e Masc)	02	9,1	18,2	
Área do 1 PAV	314,49			
SUSTENTAÇÃO	WC's (Fem e Masc)	02	13,2	26,3
	WC PNE	01	4,4	4,4
	Circulação WC	01	15,4	15,4
	Circulação Geral	01	204,5	204,5
	Lojas	10	15,5	154,6
Área do Setor	405,20			
SUBSOLO				
INFRAESTRUTURA	Cisterna	02	4,8	9,7
	Geradores	01	6,3	6,3
	Circulação	01	25,5	25,5
	Casa de Bomba	01	6,3	6,3
	Depósito	01	13,6	13,6
ESTACIONAMENTO	Rampa	01	162,3	162,3
	Circulação	01	482,0	482,0
	Área de Bicicletas	1	41,0	41,0
	Área de Vagas	01	907,0	907,0
Escada e Elevador	01	91,9	91,9	
Área do Setor	1745,56			
Área Total	3654,28			

Tabela5: Programa de Necessidades e Pé-dimensionamento.

Fonte: Produzido pela autora

3.3.2 Setorização e zoneamento

Segundo Milanesi, os três verbos conjugados num centro de cultura são: informar, discutir e criar. A partir dessa premissa e dos primeiros estudos de formas e disposições pensou-se em um programa que acontece nestes três pilares, cada um contido em uma edificação, mas que convergem e conversam para um centro, a praça central. Conduzindo o fluxo do usuário por todo o Centro de Arte e Cultura e tendo um ponto de encontro para que aconteça a troca, a criação e a discussão necessária a respeito do tema.

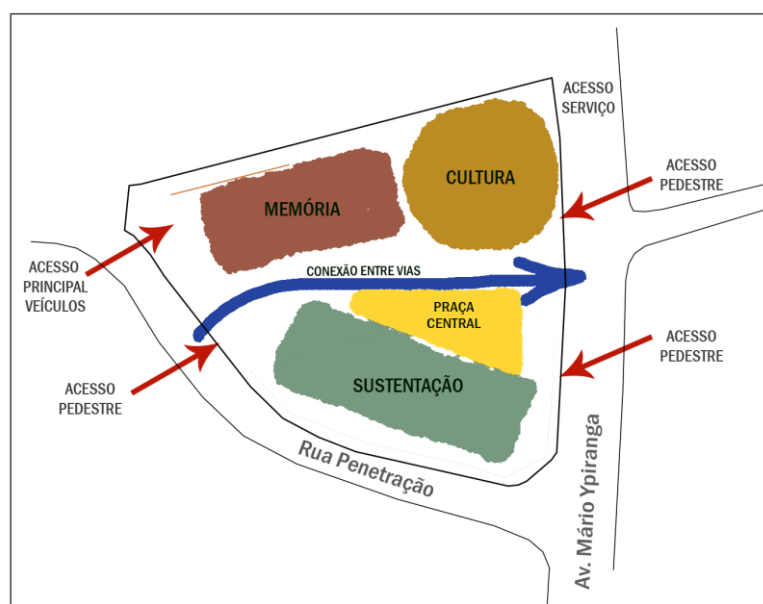


Figura 23: Fluxograma e Zoneamento preliminar
Fonte: Produzido pela autora.

A definição dos setores segue a lógica das necessidades apontadas no estudo de referencial e o zoneamento levou em consideração a intenção de circulação do usuário e a necessidade que cada setor tem de se relacionar com os acessos e os demais setores. Sendo assim, o programa de maior interesse do usuário acontece principalmente no edifício nomeado “Cultura” destinado a apresentar a pluridiversidade dos povos indígenas através de oficinas, exposições, estudos e performance.

3.3.5 Partido geral

O conceito inicial do projeto busca uma edificação permeável visualmente em relação ao exterior, que apresente materialidade de aspecto regional e cujas características despertem

no usuário identificação e o convite para um passeio no saber da nossa ancestralidade, promovendo assim a consciência do papel primordial do povo indígena na nossa cultura.

As premissas projetuais que servirão de base para a implementação do partido projetual são:

- a) Utilização de materialidade de aspecto regional;
- b) Contemplação de tipologia regional e aplicação de materiais locais principalmente a madeira;
- c) A aplicação de soluções bioclimáticas para região tropical que resultem não somente em conforto à edificação, mas que também reduzam os impactos ambientais que geram uma construção;
- d) Estrutura de cobertura independente que favoreça a ventilação cruzada;
- e) 03 edificações abrigando todo o programa e se comunicando através de uma praça central.
- f) Desenvolvimento de um ambiente amplo e bastante arborizado.

O desenvolvimento do partido inicial foi baseado nas premissas projetuais listadas, iniciando com 03 edificações abrigando todo o programa e se comunicando através de uma praça central. A adoção da forma do principal do volume se deu pela referência das malocas Yanomamis (FIGURAS 24) expressa especificamente no edifício denominado “Cultura” (FIGURA 25).



Figura 24 - Moradia característica da tribo Yanomami
Fonte: Site PIB Sociocultural



Figura 25 – Interior da maloca Yanomami
Fonte: Site PIB Sociocultural

A princípio temos os primeiros estudos do comportamento das formas dos volumes em conjunto (FIGURA 26), mantendo sempre como volume circular como principal fazendo referência a maloca Yanomami.

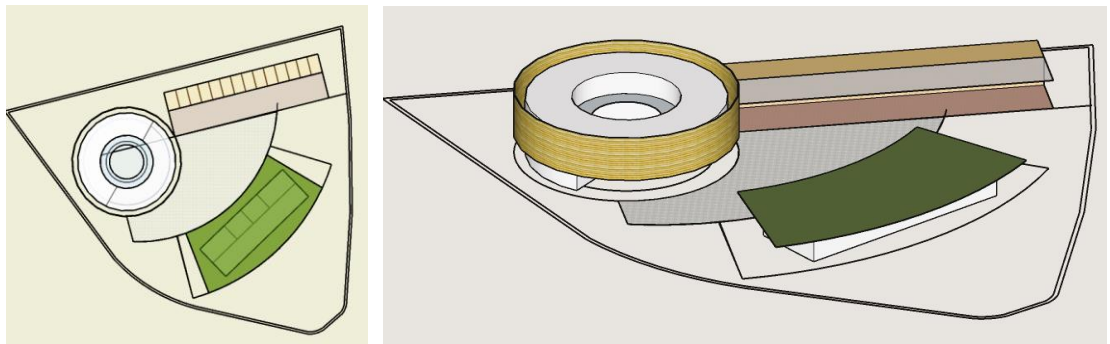


Figura 26: Primeiro estudo do comportamento das formas dos volumes em conjunto.
Fonte: Produção da autora.

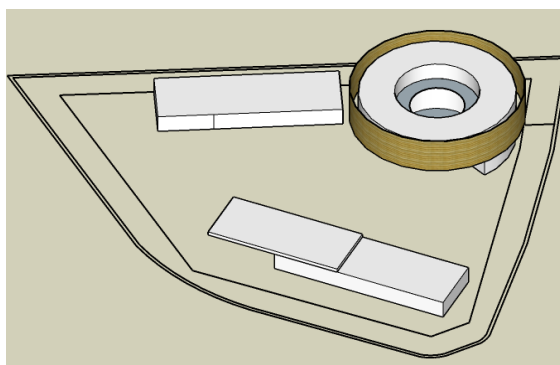


Figura 27: Definição final da composição dos volumes. O objeto circular ganha destaque e passa a compor a paisagem da via principal Mário Ypiranga e os dois volumes complementares assumem uma forma retangular em segundo plano.
Fonte: Produção da autora.

O resultado final da intenção de volumetria geral é uma composição de três edificações sendo uma principal circular e ampla, fazendo total alusão ao formato de uma maloca indígena e dois edifícios retangulares, abrangendo o restante do programa. Este conjunto conversa com o gabarito das edificações nas proximidades e seu entorno e convidando para a travessia em suas dependências através de amplos passeios e uma praça central. As edificações possuem no máximo dois pavimentos e o complexo conta com um subsolo para acomodar o estacionamento e área técnica.

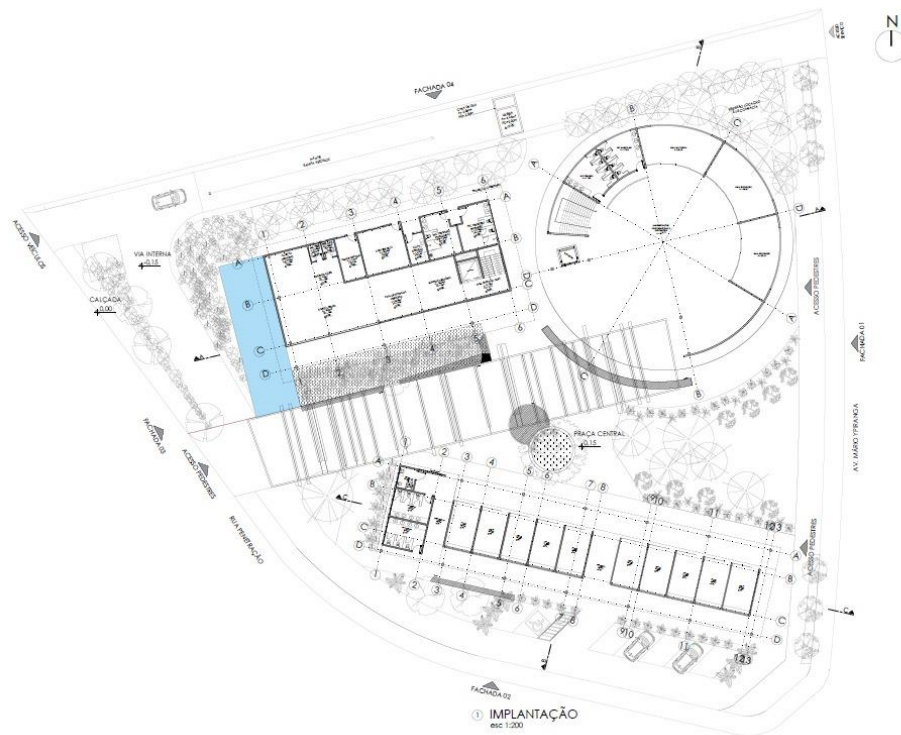


Figura 28: Proposta final de Implantação
Fonte: Produção da autora.

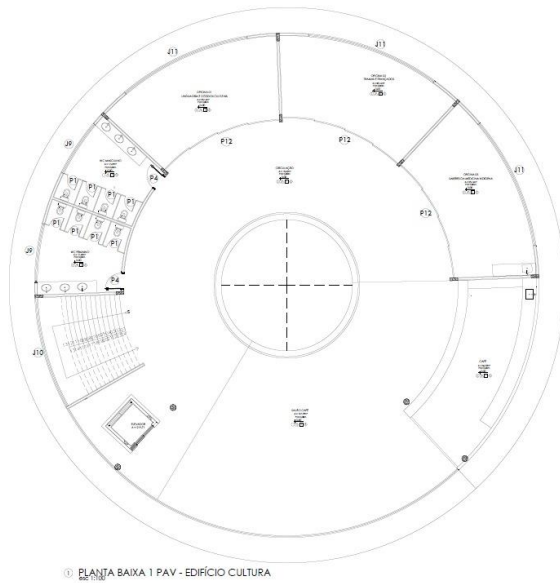


Figura 29: Planta Baixa – 1º Pav Ed. Cultura.
 Fonte: Produção da autora.

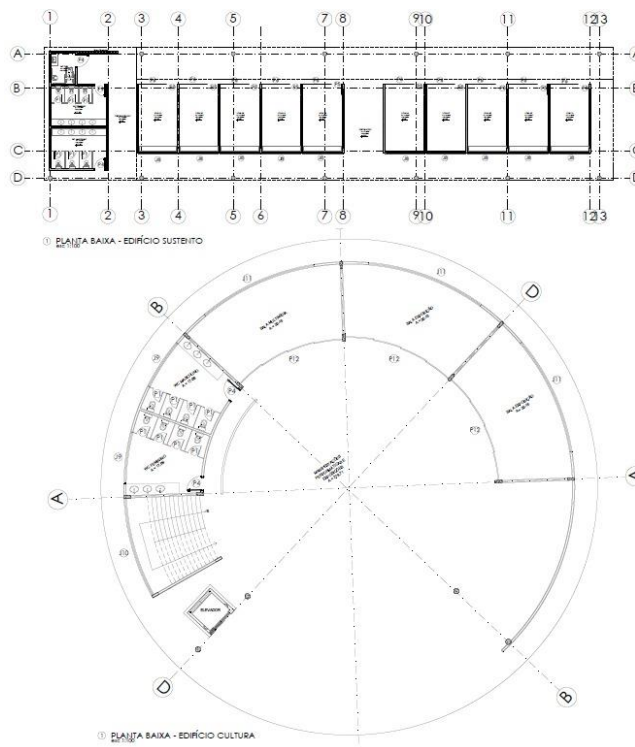


Figura 30: Planta Baixa – Ed. Sustentivo e Planta Baixa Térreo Ed. Cultura
 Fonte: Produção da autora.

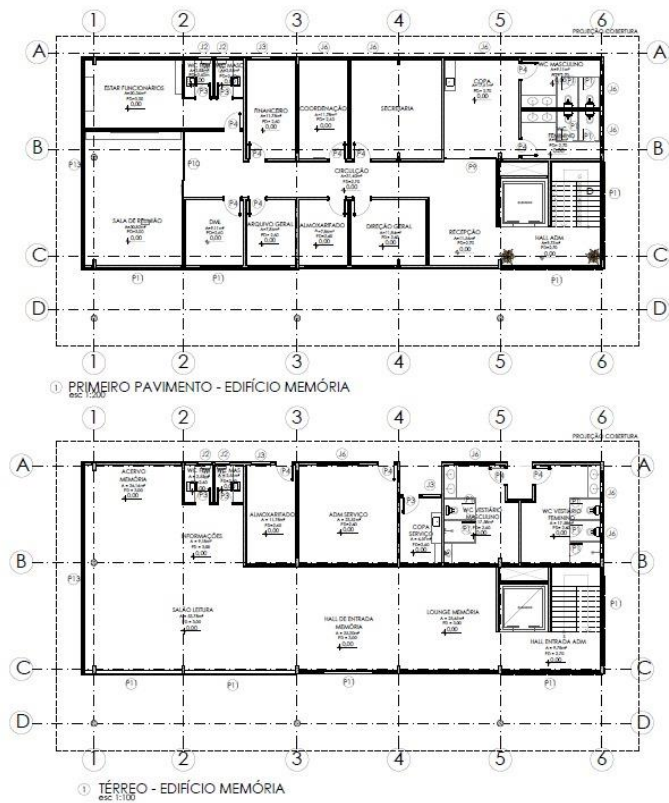


Figura 31: Planta Baixa – Térreo e 1º Pav. Ed. Memória
 Fonte: Produção da autora

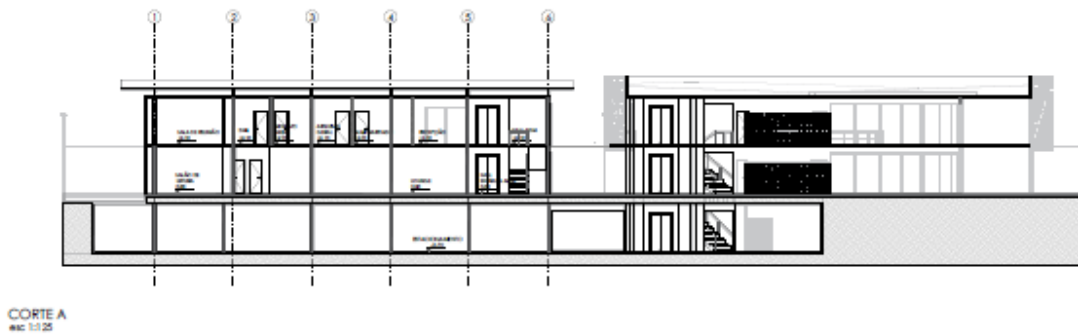


Figura 32: Corte AA
 Fonte: Produção da autora.

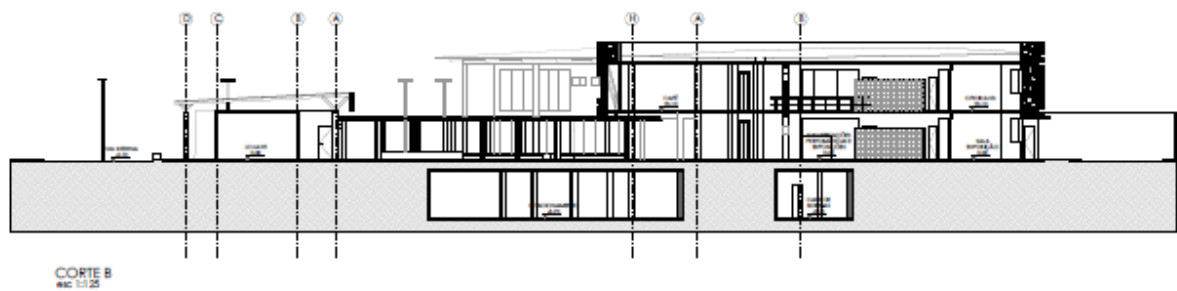
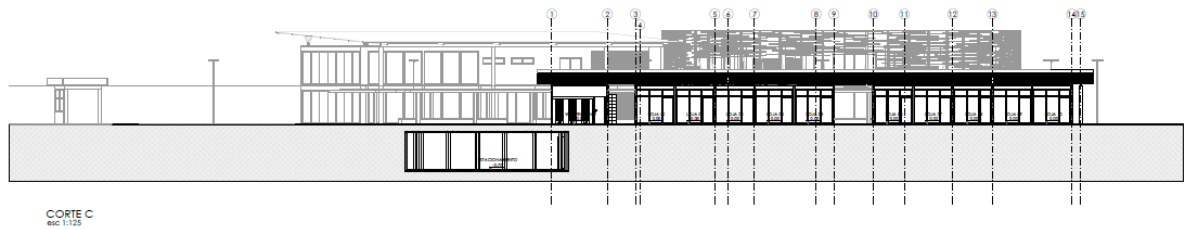
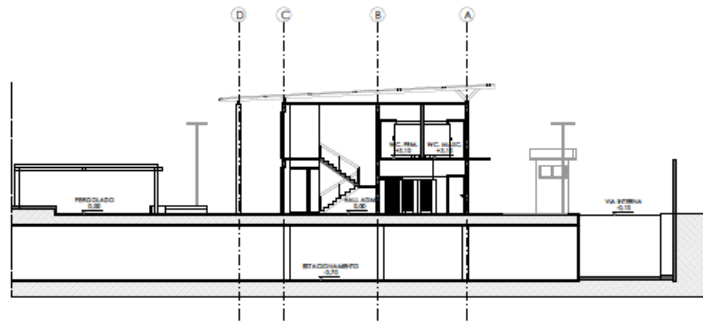


Figura 33: Corte BB
 Fonte: Produção da autora.



CORTE C
esc 1:125

Figura 34: Corte CC
Fonte: Produção da autora.



CORTE D
esc 1:125

Figura 35: Corte DD
Fonte: Produção da autora.



Figura 36: Perspectiva 01
Fonte: Produção da autora.



Figura 37: Perspectiva 02
Fonte: Produção da autora.



Figura 38: Perspectiva 03
Fonte: Produção da autora



Figura 39: Perspectiva 04
Fonte: Produção da autora



Figura 40: Perspectiva 05
Fonte: Produção da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série de problemas referente ao acesso à cultura, ao uso dos espaços e à inclusão social são reflexões que se apontam como grandes desafios atualmente nas cidades e que, portanto, devem ser buscadas formas de atenuar tais questões considerando a situação atual da cidade e suas projeções futuras.

Assim, o proposto Centro de Arte e Cultura dos Povos Indígenas na Cidade de Manaus - Amazonas buscou através de estudos teóricos sobre os conceitos que permeiam a concepção de centros de cultura e espaços de pesquisa e reflexão sobre o contexto do índio em escala local, que estão refletidos no projeto, principalmente pela adoção de uma proposta que atende às três ações principais atribuídas aos centros culturais: informar, discutir e criar.

Ainda de forma geral, este trabalho procurou propor um espaço cultural que promovesse atividades diversas e independentes da sazonalidade do turismo. Desta maneira, fomentaria a cultura local e garantiria as interações culturais e sociais entre nativos e turistas.

Além de atender a uma necessidade real, a solução arquitetônica também foi respaldada por elementos que proporcionaram o conhecimento de aspectos programáticos e de aspectos formais aplicados na concepção do projeto.

O partido adotado refletiu a essência da proposta e a pesquisa bibliográfica buscou ampliar os horizontes das diretrizes de embasamento.

Finalmente, conclui-se que no geral os objetivos propostos foram alcançados e que foi possível projetar ambientes que dariam suporte e fortaleceriam a temática cultural indígena, e acima de tudo, disponibilizaria espaços com foco na inclusão da comunidade local e interações entre pessoas, locais e natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência às edificações, mobiliário e equipamento urbano. NBR 9050. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

Archdaily Brasil. Centro de Capacitação Indígena Kãpäcläjui / Entre Nos Atelier. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/759601/centro-de-capacitacao-indigena-kapaclajui-entre-nos-atelier?ad_medium=gallery. Acesso em: 25 de abril de 2019.

Archdaily Brasil. Centro Comunitário de Fa Chang / CCDI Dongxiying Studi. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/921084/centro-comunitario-de-fa-chang-ccdi-dongxiying-studio?ad_source=search&ad_medium=search_result_all. Acesso em: 25 de abril de 2019.

Arte e Corpo – Pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiras, Funarte, 1985
Ricardo Artur Pereira de Carvalho Compreendendo a representação abstrata na pintura corporal
Asurini, <http://www.ricardoartur.com.br/GrafismoIndigena.pdf>

Barbalho, Yemana do Vale. Centro cultural Cultivar: anteprojeto de um centro cultural na praia da Pipa-RN / Yemana do Vale Barbalho. - Natal, 2017. 63f.: il.

Brasil. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural - 2010.
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural - 2012. Plano Setorial para as Culturas Indígenas/ MinC/ SCC - Brasília, 2012.

CORBELLA, Oscar. Manual de Arquitetura Bioclimática Tropical / Oscar Corbella e Viviane Corner. - Rio de Janeiro: Revan, 2011.

CUNHA; Joyce Cleide Lopes da. Najar; Nubia Silvia. PICCOLOTTO; Denize. Central de Artesanato Branco e Silva: Contribuindo para Fomentar o Artesanato no Amazonas. Intercom – XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM - 2013

MASCARÓ, L. & MASCARÓ, J. *Ambiência Urbana*. 3ª ed. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2009

MILANESI, Luís. *A Casa da Invenção*. 3. Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

NEUFERT, E. *A arte de projetar em arquitetura*. 17ªed. São Paulo: GG, 2004.

OLIVEIRA, Aíla Seguin Dias Aguiar de. *Acessibilidade espacial em centro cultural: estudo de casos*. 2006. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

PIB.INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acessado em: 06/11/2019

PINTO, Gabriela Baranowski; PAULO, Elizabeth de; SILVA, Thaisa Cristina da. *Os centros Culturais como Espaço de Lazer Comunitário: O Caso de Belo Horizonte*. CULTUR/ano 6 -nº 02. 2012

RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis, Vozes, 1977.

RIBEIRO, Berta Gleizer. *O índio na cultura brasileira*. 1.ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 210 p. 21cm (Coleção Biblioteca Básica Brasileira,22).